

### Folha de S. Paulo e o caso Herzog re(a)presentado: um estudo sobre memória, narrativa e "acontecência"

Dias, André Bonsanto; Roxo, Marco

Veröffentlichungsversion / Published Version  
Zeitschriftenartikel / journal article

#### Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Dias, A. B., & Roxo, M. (2016). Folha de S. Paulo e o caso Herzog re(a)presentado: um estudo sobre memória, narrativa e "acontecência". *Revista Observatório*, 2(5), 452-484. <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2016v2n5p452>

#### Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

#### Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more Information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

**FOLHA DE S. PAULO E O  
CASO HERZOG  
RE(A)PRESENTADO: um  
estudo sobre memória,  
narrativa e “acontecência”**

*Folha de S. Paulo and the  
Herzog's case (re)presented: a  
study of memory, narrative and  
“acontecência”.*

Folha de S. Paulo y el caso  
Herzog (re)presentado: un  
estudio sobre memória, narrativa  
e “acontecência”

**André Bonsanto Dias<sup>1</sup>  
Marco Roxo<sup>2, 3, 4</sup>**

**RESUMO**

Herzog e sua imagem tornaram-se marco da resistência política no país. Essa simbologia está envolta em uma teia narrativa imersa em conflitos, mas que

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Bolsista Capes. É mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2012) e graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e História pela Unicentro-PR. Foi pesquisador da Comissão Nacional da Verdade (2014) e Professor Colaborador no Departamento de Comunicação da UFPR (2012-2013). É autor do livro “O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. E-mail: [andrebonsanto@gmail.com](mailto:andrebonsanto@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor, mestre e graduado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Editor da revista *Contracampo*. Organizou as seguintes coletâneas: *História da televisão no Brasil*, *Televisão*, *História e Gêneros* (junto com Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento) e *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Seus temas de pesquisa envolvem estudos históricos sobre as relações entre televisão, esportes e nacionalidade além com temas que atravessam a formação da cultura profissional entre os jornalistas no Brasil com o foco na questão da identidade e da autoridade jornalística. Bolsista Produtividade do CNPQ. E-mail: [marcos-roxo@uol.com.br](mailto:marcos-roxo@uol.com.br).

<sup>3</sup> Versão revista e ampliada do texto previamente apresentado no GT Memória nas Mídias do 24º Encontro da Compós, em junho de 2015.

<sup>4</sup> Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Rua Tiradentes nº 148, Ingá – CEP: 24210-510 Niterói (RJ), Brasil.

também foi responsável pela ressignificação do acontecimento no tempo, cujo efeito foi amortecer a repressão ditatorial. Para repensar outras consequências da constante “dilatação” deste acontecimento no tempo tomamos como objeto a matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 5 de fevereiro de 2012, quando, na ocasião, o jornal procurou revelar a seus leitores o “instante decisivo” e a identidade do fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, autor desta imagem símbolo. Nossa intenção é discutir como o acontecimento foi re(a)presentado pelo jornal em um processo de constante “acontecência” em suas narrativas de lembrança e esquecimento. Narrativas muitas vezes condicionadas por objetivos particulares visando reconfigurar a memória e a autoridade do jornal em relação ao seu passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Herzog; memória; narrativa; *Folha de S. Paulo*.

## ABSTRACT

Herzog and his image have become a political resistance icon in the country. This symbolism is shrouded in a narrative web immersed in conflicts and also was responsible for the event reframing the time whose first effect was to cushion the dictatorial repression. To rethink other effects of constant “expansion” of this event in time we take as object of discussion an article published by *Folha de S. Paulo* on February 5, 2012, when the newspaper sought to reveal to your readers the “decisive moment” and the identity of Silvaldo Leung Vieira, author of this symbol image. Our intention is to discuss how the event was resubmitted by the newspaper in a constant process of “acontecência” in their memory and forgetting narratives. Narratives often conditioned by particular objectives aimed at reconfiguring memory and the newspaper authority in relation to its past.

**KEYWORDS:** Herzog; memory; narrative; *Folha de S. Paulo*.

## RESUMEN

Herzog y su imagen se han convertido en un icono de la resistencia política en el país. Este simbolismo está envuelto en una trama narrativa inmersa en conflictos y también responsable por la resignificación del evento em el tiempo cuyo primer efecto fue para amortiguar la represión dictatorial. Con la intention

de discutir otros efectos de la constante “expansión” del evento en el tiempo, tomamos como objeto un artículo publicado por Folha de São Paulo el 5 de febrero de 2012, cuando el periódico buscado manifestar a sus lectores “el momento decisivo” y la identidad de Silvaldo Leung Vieira, autor de esta imagen símbolo. Nuestra intención es discutir cómo el evento fue presentado en el periódico en un proceso constante de “acontecência” en su narrativas de memoria y olvido. Narrativas condicionadas por objetivos particulares que tienden a volver a configurar la memoria y la autoridad del periódico en relación con su pasado.

**PALABRAS CLAVE:** Herzog; memoria; narrativa; *Folha de S. Paulo*.

Recebido em: 13.09.2016. Aceito em: 02.11.2016. Publicado em: 25.12.2016.

Este texto se inicia com uma imagem. É dia 25 de outubro de 1975 nas dependências do Doi-Codi em São Paulo, um dos principais órgãos de repressão da ditadura militar. Em uma cela, uma corda presa na grade da janela. Na corda, um pescoço amarrado, pendurando o corpo já sem vida do então jornalista da Tv Cultura, Vladimir Herzog. Considerada um dos símbolos da repressão política no país, esta imagem se construiu como farsa máxima de um suposto suicídio. Uma imagem que acabou corroborando, por aquilo que não mostra, com a versão dos “teatros”, ações simuladas por agentes da repressão para acobertar os assassinatos e mal tratos ocorridos durante o regime. Esta imagem, ausente no texto, que aqui se constrói pelo relato, pode muito bem ser imaginada e é pela ausência que iremos problematizá-la.

Todo o acontecimento envolvendo o caso de Herzog pode ser aqui considerado uma “imagem” que se constitui nos limites da representação. Mas o que este texto pretende é, a partir de algumas reflexões pontuais, pensar o acontecimento enquanto “acontecência”, em seus modos de enunciar e “ver” imagens.<sup>5</sup> Pensar, a partir de imagens, aquele algo que ela nos revela como narrativa. Tomamos o caso emblemático de Herzog para pensar menos o acontecimento em si, mas a produção que se faz pela re(a)presentação deste acontecimento. Não pensar, portanto, apenas a imagem, a imagem “coisa” que nos revela o fato. Mas a imagem que nos mostra, nos revela, nos esconde, nos faz imaginar um acontecimento que, pelas constantes camadas de memória e esquecimento, foram cruciais para pensar a questão da ditadura militar e da

---

<sup>5</sup> Quando falamos em “acontecência” estamos nos apropriando dos neologismos literários de Guimarães Rosa para pensar como a narrativa possui a capacidade de dilatar acontecimentos no tempo. Termo que deu título, inclusive, a um livro publicado pela filha do escritor, Vilma Guimarães Rosa, em 1967. Enxergamos portanto o caso Herzog como um acontecimento que “acontece” e se ressignifica pelas mais diversas camadas da memória e do esquecimento e sob conjunturas particulares a partir de como, quando e por quem é narrado.

repressão política em nosso país.

Já dizia Christa Berger (2006) que as narrativas sobre a morte de Herzog evidenciam um grande exemplo de intertextualidades que perduram no tempo, registradas em fotografias, relatos da imprensa, literatura, testemunhos e documentários. Manejá-las é pensar jogos e disputas por estabelecimentos de “verdades” que são sempre postas em questão. Sua morte, acredita ainda a autora, pode ser encarada como um acontecimento “imagem-impacto” que, a partir de sua midiatização acabou se tornando um acontecimento para a história, objeto de disputa e negociação de sentido. Sob um conjunto de fragmentos, este emaranhado de representações foi se tornando um texto único, enquadrado na memória e adquirindo uma “imagem” particular, a ponto de fazer com que o próprio acontecimento se torne aquela foto, uma imagem síntese.

O objetivo do presente trabalho será pensar como este acontecimento fundador veio a se resignificar em um contexto que acreditamos ser bastante particular. Tomamos como cerne da reflexão a matéria da *Folha de S. Paulo* publicada no caderno *Ilustríssima* em 5 de fevereiro de 2012, pelo jornalista Lucas Ferraz. No texto em questão o jornal acabou por revelar, num processo de “dilatação” do acontecimento, novas evidências sobre o caso, ao localizar o autor da icônica imagem do corpo de Herzog estirado na prisão. Para além dos limites da representação do acontecimento, buscamos também problematizar dois aspectos. O primeiro, diz respeito a como as mídias, pelo viés da rememoração, articulam suas narrativas confluindo temporalidades múltiplas. Articulação que, como veremos, está muitas vezes pautada por políticas de memória particulares. Segundo, como esta articulação também se constitui numa estratégia fundamental de afirmação da autoridade jornalística sobre temas envolvendo a memória e a história política do país. Voltaremos à matéria

adiante. Primeiramente, precisamos pontuar algumas questões como forma de melhor contextualizar o acontecimento em questão.

### **O caso Herzog: do acontecimento à rememoração**

Apesar da exaustiva quantidade de relatos, testemunhos, análises acadêmicas e obras memorialísticas que abarcam hoje, mesmo que de soslaio, as questões referentes à morte de Herzog, a repercussão sobre o acontecimento na época foi cercada de silêncios e não ditos. Vivíamos ainda nos tempos da censura e boa parte de nossa grande imprensa, sob o discurso de que fazia o “jornalismo possível” ainda acatava as imposições do regime. Para Berger (2006, p. 07), houve ao menos duas camadas de representação sobre o acontecimento. A primeira veio a partir do acontecimento como “comunicado”, feito a partir de relatos oficiais, “informação silenciada, censurada, dita sem dizer”, a segunda, já lapidada pelo distanciamento temporal, seria a do acontecimento lembrado, aquele que, pela memória, o representava e ressignificava no tempo, “dito do modo como pôde ser dito por quem ficou.”

Para nos atermos ao caso da *Folha de S. Paulo* em especial, a morte de Herzog foi noticiada - como em praticamente toda a grande imprensa - no dia 27 de outubro de 1975. Sob o título de “II Exército anuncia suicídio de jornalista” o texto é seguido de nota oficial emitida pelo órgão dos militares, confirmando que o jornalista havia sido “encontrado morto, enforcado” na sala onde fora deixado. Além da nota oficial o jornal emitiu, em pequeno texto logo abaixo, nota do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo onde comunicava a morte e afirmava ainda aguardar “esclarecimentos necessários e

completos” sobre o caso.<sup>6</sup>

Segundo o professor Álvaro Lorangeira (2014) a cobertura do caso pela *Folha* aprimoraria aquilo que, para ele, seria denominado de “jornalismo do mato” - gênero pautado em boletins de ocorrência, comunicados e informes do DOPS e relatórios do SNI. A divulgação da morte de Herzog seria, de acordo com sua opinião, o “ápice do servilismo do jornal”, ao divulgar literalmente o relatório do II Exército sem contestar ao menos uma linha do documento. Vale pontuar que, naquela época, o jornal passava por uma fase de dita reformulação político editorial. Após uma década de significativo crescimento com a gestão dos Frias, a empresa passou a assumir uma postura politicamente mais definida. Concomitantemente, o próprio regime haveria procurado os dirigentes do jornal numa tentativa de aproximar a sociedade civil da abertura “lenta e gradual” proposta pelos militares. Além de uma posição política, esta seria também uma estratégia de mercado, uma vez que havia ali um nicho até então não efetivamente explorado. Essa mudança é capitaneada pela contratação do jornalista Cláudio Abramo que equipou a empresa com jornalistas conhecidos por serem críticos ao regime.

Apesar de toda a narrativa construída sobre o processo de transição política do jornal, a *Folha* se ateve a uma cobertura pontual sobre o acontecimento, se limitando a noticiar o caso sob uma ótica oficial. Em pleno processo de reformulação, o jornal ainda mantinha-se longe de emitir opiniões definidas sobre os acontecimentos, uma vez que desde fins da década de 1960 deixara de publicar editoriais. No entanto, devido à aparente magnitude e repercussão do evento, o jornal publicou um texto opinativo no dia 1 de novembro de 1975, logo após o ato ecumênico em homenagem ao jornalista. Com um tom bastante centrado, o texto afirmava que o caso deixara uma lição e exigia ponderação: “uma lição

---

<sup>6</sup> Folha de S. Paulo, ano LV, nº 17.030, p. 3, 27 de outubro de 1975.



para todos os radicais, de um e outro lado, que vaticinam catástrofes, esperando uma irrefreável escalada da subversão ou as violências indiscriminadas de uma repressão.”<sup>7</sup> Para o jornal, era fundamental que as autoridades se empenhassem para que não fossem ultrapassados os limites da legalidade.

Não é intenção deste trabalho se alongar na descrição do acontecimento em si nem buscar compreender o que foi enquadrado pela *Folha* sobre o evento ao longo do tempo. Esta tarefa, em sua ingloria “totalidade” - se pesarmos num viés temporal mais estendido - abarcaria um estudo mais detalhado, o que perpassa as limitações deste texto. Aqui, nos preocuparemos efetivamente com a conjuntura atual das políticas de memória articuladas pelo jornal. Mas é evidente que devemos indicar, apenas a título de contextualização, como o acontecimento foi rememorado para melhor o situarmos no presente da questão.

Em uma busca no banco de dados do jornal foi possível perceber que o acontecimento Herzog foi “comemorado” consecutivamente até o ano de 1981, nas datas específicas da morte do jornalista, sempre com notas pontuais que atualizavam as investigações sobre o caso. Em 1978, três anos após sua morte, o jornal publicou, em 25 de outubro, editorial de tom mais contestador ao afirmar que a memória destes “fatos tenebrosos” não poderia ser empanada pelo tempo.<sup>8</sup> O jornal exigia uma melhor solução sobre o caso que, naquele momento, estava para ganhar novos contornos. Já no dia 28 de outubro daquele ano a *Folha* noticiava aquilo que ela denominava de uma “sentença histórica” dada pelo juiz Márcio José de Moraes quando, na ocasião, fora rejeitada a versão oficial da morte por suicídio, responsabilizando a União pela

<sup>7</sup> LIÇÃO E PONDERAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano LV, nº 17.035, p. 2, 1 de novembro de 1975.

<sup>8</sup> HÁ TRÊS ANOS, *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.102, p. 2, 25 de outubro de 1978.

prisão ilegal e morte do jornalista.<sup>9</sup>

Apesar da ampla repercussão dada para o caso, a partir de 1981 o jornal não mais o menciona nas efemérides. Como se, numa tentativa de busca pela “verdade” dos fatos, o acontecimento já estivesse momentaneamente se esgotado. Após essas datas, Herzog volta a ser lembrado apenas nas comemorações redondas de 1985, 1995 e 2005, como uma espécie de memória que se celebra, sacralizando o evento. Isso nos faz pensar como todo acontecimento pautado pelas mídias está condicionado, para sua reafirmação à cena pública, a agendamentos de lembranças e esquecimentos que respondem a políticas de memória bem específicas em seu presente.

De acordo com Helenice Rodrigues (2002) a comemoração muitas vezes torna o ato da lembrança algo “sacralizado”, como um passado que não passa e que nos chega abruptamente ao presente de forma quase que mítica, como forma de consenso. A constante “comemoração” de um acontecimento pode, portanto, evidenciar o sintoma de uma suposta fragilidade da memória. Nem todo “dever” de lembrança ativa efetivamente uma memória “feliz”. A memória, como bem se sabe, é um processo seletivo, que se articula a partir de interesses e enquadramentos particulares. Ela é, portanto, assim como lembrança, esquecimento, uma vez que fazemos usos e até “abusos” de um passado a ser presente. (Ricoeur, 2007) Assim, devemos pensar também que toda comemoração “rememorada” reporta-se ao devir, ela é uma atividade que abre-se aos brancos, aos buracos, às brechas, para dizer, “com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras.” (Gagnebin, 2009, p. 55) Rememorar é, portanto, uma forma de agir sobre o presente, visando a sua transformação. Perceber como memórias são

---

<sup>9</sup> O SIGNIFICADO MAIOR, Folha de S. Paulo, ano 57, nº 18.105, p. 2, 28 de outubro de 1978.

constituídas e sob que conjunturas nos parece, portanto, questão fundamental.

Primeiramente, vale frisar que, para que o passado nos chegue ao presente é preciso, por um processo de intriga e mediação, que os tempos se articulem. Ricoeur (2010) ao se apropriar das aporias do tempo em Agostinho, acredita que vivemos uma confluência de triplos presentes. O presente das coisas passadas (que se articula como memória), o presente do presente e o presente do futuro, como expectativa. Assim, quando narramos o mundo, o que criamos ou buscamos mediar não é estritamente o passado ou o futuro, mas uma expectativa pautada na lembrança do acontecimento. É desta forma que se articula, para o autor, a questão de uma tríplice *mimese*: pela composição da intriga entre um mundo do texto pré-figurado e o mundo do leitor é que a narrativa se constitui, garantindo assim sua inteligibilidade.

Ao tratarmos de um acontecimento que é constantemente reafetado no tempo, devemos levar em consideração que este processo de intriga e mediação se constitui de forma dialógica, inscrito socialmente. Inscrições que estão permeadas de significados sumariamente ideológicos, um fenômeno do mundo exterior, sempre partilhado e negociado com o discurso do outro. Se falamos do caráter processual e conturbado da memória, o que procuraremos é entendê-la neste caráter ambíguo e conflituoso de significação, que também se dá a partir de um dialogismo próprio e contextual, pelos sentidos de sua enunciação (Bakhtin, 2009). Como destaca Fernando Resende (2009, p. 40) é preciso pensar a narrativa jornalística como um gesto dialógico onde coexistem atores em um processo relacional. "Esse pressuposto ressignifica a atitude dos sujeitos que participam do ato, percebendo-os no encaixe de uma expectativa de compreensão - bem sucedida ou não - sem abrir mão da heterogeneidade na qual eles se inscrevem". Desta forma, o que fazemos ao narrar ou rememorar tempos idos não é obviamente efetivar um "resgate" do passado, mas articulá-

lo no e para o presente. Como afirma Benjamin em suas teses sobre o conceito de história (2012, p. 243), nós nos “apropriamos” de uma recordação tal “como ela relampeja no momento de um perigo”. Já que não podemos dizer tudo sobre o passado “tal como ele de fato foi”, devemos pensar o acontecimento em suas possíveis brechas, como instantes possíveis de um mundo a comentar. Instantes estes que são articulados e re(a)presentados em presentes sucessivos a partir das conjunturas mais diversas.

Pensar as brechas discursivas que se articulam às narrativas da memória e do esquecimento é, portanto, pensar como estes instantes nos são “arrancados” de um mundo que se forma em um processo de constante “acontecência”. O caso Herzog nos parece um exemplo paradigmático para problematizar estas relações. Como este acontecimento, em seus presentes sucessivos, é re(a)presentado a partir de contextos diversos? Como ele é articulado no presente da memória e como ele é “narrado” criando sempre novos espaços de enunciação? Se tratamos do acontecimento aqui ainda de forma contextual e descritiva é para pensarmos como ele ressurge em uma perspectiva que para nós nos parece particular.

A noção de “acontecência”, portanto, aponta para uma constante (re)atualização da morte do personagem. Dentro desse processo é central entender o lugar do próprio jornalismo. Mesmo em meio a embates no interior do campo, pode-se dizer que as instituições jornalísticas tiveram um peso importante ao também tecer os fios históricos e narrativos responsáveis por atualizar e consagrar Herzog como um mito da “resistência” do jornalismo à ditadura militar. Isso aponta para o lugar de autoridade reivindicado por estas instituições, bem como para a forma como elas, ao longo do tempo, foram (re)apresentando esse acontecimento de modo a também reconfigurar seu papel em relação à ditadura civil-militar na memória nacional.

## **Herzog narrado: a memória reconfigurada pela autoridade jornalística**

Apesar do quase sempre controverso papel do jornalismo na construção dos eventos políticos, poucas pessoas, normalmente intelectuais e/ou grupos políticos organizados questionam as instituições jornalísticas sobre as versões que constroem acerca da realidade. Ou então fazem isso de forma sazonal. Isso significa que as fronteiras da autoridade jornalística têm permanecido largamente inexploradas. Podemos dizer assim que a autoridade resulta nesta capacidade de certos agentes em criar uma comunidade, engendrando entre os indivíduos práticas rituais que os levam a compartilhar noções semelhantes e comuns sobre os significados de determinados acontecimento críticos. Portanto, a noção de autoridade diz respeito aos efeitos das práticas comunicativas junto ao público e aos próprios comunicadores ao longo do tempo (Zelizer, 1992).

No caso do jornalismo isto está relacionado diretamente a três aspectos. O primeiro, aos modos como as instituições jornalísticas usam dos atributos da disciplina de trabalho oriunda da sua cultura profissional para promoverem suas próprias versões de acontecimentos marcantes da vida nacional, principalmente quando envolve membros de sua comunidade. O segundo, à força da autoridade jornalística e sua capacidade de padronizar, perenizar e fazer circular suas histórias no tempo. Isto acontece graças à capacidade de armazenamento das tecnologias usadas por suas instituições. Daí o terceiro aspecto, que diz respeito ao lugar privilegiado ocupado pelas instituições jornalísticas como um dos principais guardiões da memória social de uma coletividade.

Em relação ao primeiro aspecto, podemos dizer que as instituições jornalísticas brasileiras passaram se organizar a partir dos anos 1950 tendo como referência o modelo de jornalismo objetivo praticado nos Estados Unidos. Este define seu compromisso político com o interesse público através da objetividade na descrição dos fatos (Schudson, 1978; Soloski, 1993), na representação dos interesses do cidadão individual diante do Estado e das grandes organizações (Hallin e Mancini, 1984) e na defesa do sistema de divisão de poderes como um todo (Cook, 1998). Neste sentido, a autoridade “moral” do jornalista americano se configura no papel de “sentinelas da liberdade” ou do “cão de guarda” (Gans, 1979). A crença na objetividade só se firmou onde havia um consenso fundamental em torno de valores e instituições (Ettema e Glasser, 1998).

Mas a objetividade não basta para resumir toda a estratégia de legitimação da autoridade dos jornalistas. Isto porque o modelo narrativo do jornalismo objetivo e das ciências sociais se desenvolveram como subprodutos da literatura realista do século XIX. Os jornalistas norte-americanos passaram a trabalhar com um código profissional inventado, compactado, utilizando preferencialmente as metáforas da ciência – dados, fatos e informação – ao invés das metáforas da literatura – personagens, dramas, conflitos (Campbell, 1991). As convenções foram adotadas por esse modelo de jornalismo com o intuito de separar “fato” de opinião, mas só se tornaram hegemônicas nos EUA a partir de 1920.

Esse processo é resultante dos efeitos do Movimento Progressivo ocorrido naquele país no fim do século XIX, responsável por elevar a política ao status de ciência administrativa e satanizar as disputas partidárias como um anacronismo do passado.

Daí o consenso entre os jornalistas de que utilizar as convenções herdadas da ciência era um modo pragmático deles cumprirem os cronogramas de espaço e tempo do jornalismo industrial de massas. Com o tempo, essas convenções se tornaram um instrumento necessário e fundamental para fortalecer o senso de identidade profissional desses agentes, caracterizando suas práticas de modo distinto às exercidas por outros agentes concorrentes na produção de notícias como os relações públicas (Schudson, 2002).

Isto nos leva ao segundo aspecto, a importância das narrativas. Partindo da perspectiva dos estudos literários de Todorov (1966) podemos dizer que o jornalismo, como narrativa, apresenta dois aspectos constitutivos: é uma história e um discurso. É uma história na medida em que evoca uma certa realidade, pois tanto os fatos quanto aos personagens contidos nela se confundem com os da vida real. Porém, essa mesma história pode ser contada e adaptada a vários gêneros do discurso (romance, comédia, drama) e circular através de suportes diversos como rádio, televisão e impressos. Cada um destes suportes lida com diferentes dimensões do tempo, obrigando o narrador (no caso o jornalista) a estabelecer distintas estratégias para dialogar com um destinatário.

Neste nível não são os fatos ou os personagens que importam, mas a maneira e o modo nos quais o narrador os põe em contato com seu leitor. No caso específico dos jornalistas, estes modos resultaram historicamente em um conjunto de convenções narrativas que os tipificarão como uma comunidade de intérpretes (Zelizer, 1992). A padronização destas narrativas permitiu, segundo Schudson (1982), as notícias terem uma relação com o mundo real não só no conteúdo, mas fundamentalmente na forma, no modo como o mundo é apreendido pelos jornalistas e traduzido em convenções narrativas “naturalizadas” em suas práticas profissionais.

As estruturas textuais decorrentes das convenções adotadas pelo jornalismo objetivo são simples, sem maiores exigências vocabulares e reproduzidas pelos profissionais de forma quase automática (Carey, 1986). Por isso, elas têm um caráter conservador, que limita mais do que amplia a visão de mundo ou senso comum do norte-americano médio (Campbell, 1991). O problema é que os jornalistas norte-americanos também se veem como contadores de histórias. Isto gerou um dilema na cultura profissional destes agentes. De um lado, quanto mais objetivos eles forem, menos interessantes eles se tornam, pois eles retiram das histórias os elementos dramáticos e ficcionais que atraem o público. De outro, ao utilizarem as metáforas literárias, os jornalistas se tornam hábeis e atraentes contadores de histórias (Bird e Dardenne, 1993).

Assim, a organização burocrática da produção noticiosa (Fishman, 1980) contribuiu para a rotinização do inesperado, (Tuchman, 1993), pois orientada para definir notícia àquilo que não é moralmente ou habitualmente normal (Soloski, 1993). Com isso, as narrativas jornalísticas se estruturaram de forma idêntica as narrativas míticas. De um lado, ao se tornarem uma forma criativa de lidar com o inesperado (Schudson, 1995) as notícias contribuíram para ordenar arbitrariedades da existência humana. De outro, são dispositivos retóricos (os enquadramentos) resultantes dos mecanismos de seleção do que é “importante” para os jornalistas. Daí a similaridade do jornalismo com a História.

Finley (1989, p. 5) afirmou que sem os mitos os historiadores não teriam conseguido iniciar seu trabalho, pois “o passado é uma massa desconexa e incompreensível de dados incontados e incontáveis. Ele só pode tornar-se inteligível se for feita uma seleção em torno de um ou mais focos”.



De modo similar, os enquadramentos noticiosos possibilitam aos jornalistas processarem de forma rápida e rotineira grandes quantidades de informação, designá-las por categorias cognitivas, organizá-las e transmiti-las de forma uma eficiente para suas audiências (Gitlin, 1980).

Portanto, pensar as notícias como narrativas significa entendê-las como um sistema simbólico de longa duração capaz de pôr ordem ao caos e tecer elos narrativos que conectam significativamente eventos dispersos no tempo (Bird e Dardane, 1993). Isto garante que os modos como esta autoridade se constituiu e legitimou no interior de um ambiente cultural diga respeito diretamente ao domínio que ela exerce sobre a memória da comunidade na qual está inserida.

Segundo Zelizer (1992), ao compartilharem com o público de determinadas convenções narrativas, os jornalistas podem reivindicar o seu papel de intérpretes autorizados da realidade. Com o objetivo de sustentar este argumento ela recorreu ao conceito de “comunidades interpretativas” presente na teoria literária de Stanley Fish (1980). Conforme Fish, os significados dos textos não podem ser extraídos em si ou retidos ao “pé da letra” por leitores individuais. Eles resultam das estratégias de interpretação compartilhadas pelos grupos sociais que determinam a forma de se ler e escrever um texto. A intenção de tal comunidade é padronizar o formato dessas interpretações no tempo, naturalizando a forma de se contar e ler histórias.

Zelizer trabalhou o conceito ao examinar o papel que os telejornalistas exerceram na cobertura do assassinato de Kennedy não apenas tecendo uma teia discursiva capaz de consolidar o personagem como um mito na história política norte-americana. As convenções narrativas dos telejornalistas ajudaram a hegemonizar determinadas interpretações deste evento perante o público, fazendo com que os jornalistas fossem vistos como arquitetos da memória coletiva do público norte-americano. Os relatos produzidos no jornalismo sobre

a atuação dos (tele)jornalistas no caso do assassinato de Kennedy ajudaram o (tele)jornalismo ocupar um lugar de relevo na história norte-americana como também permitiu aos jornalistas reivindicarem sua autoridade sobre o acontecimento, pondo-os em confronto com outras comunidades de intérpretes como historiadores e sociólogos.

Como quaisquer comunidades culturais, as instituições jornalistas constituíram seus próprios mitos. No caso de *Folha de S. Paulo*, isto pode ser percebido de duas formas. A presença de Cláudio Abramo foi importante, um primeiro passo na modernização do jornal, mas aparentemente insuficiente para sustentar uma revisão capaz de encobrir seu passado de cumplicidade com o regime militar. Isto aconteceu através do *Projeto Folha*. Embora alguns defendam que o verdadeiro mentor do Projeto foi Abramo, o eixo narrativo estruturante da proposta foi o intenso uso de alguns dos princípios do modelo de jornalismo objetivo norte-americano, entre eles o *pluralismo* e o *desengajamento*. Esses foram justificados pelos novos “reformadores” da *Folha*, entre eles Carlos Eduardo Lins da Silva, Otávio Frias Filho e Caio Túlio Costa, não com base na defesa de uma determinada ética profissional, mas apenas porque eles eram adequados às necessidades comerciais do jornal (Silva, 2005).

Para os “reformadores” da *Folha de S. Paulo*, o mercado havia se tornado, no transcurso dos anos 1980 um fator estrutural impositivo na reformulação das práticas jornalísticas no Brasil. Resistir à adesão do jornalismo ao mercado era, neste sentido, defender as tradições anticapitalistas. Assim, enquanto nos anos 1950 a objetividade teve um papel preponderante na profissionalização e na autonomização do jornalismo em relação à literatura e à política (Ribeiro, 2007), nos anos 1980 ela estava associada à preocupação das empresas em transformarem o jornalismo em um negócio. Isto contribuiu para que o jornalismo fosse acusado de construir uma agenda para legitimar o

“pensamento único”, suprimir a polêmica, o debate e o pluralismo de idéias de seus espaços, efetivando o mercado como a única instância capaz de regular os interesses e demandas sociais (Kucinski, 1998, p. 78).

É esse caráter polêmico sobre os contornos que o jornalismo adquiriu a partir do final da década de 1980 que dá destaque especial ao Projeto. Ele ocorreu em meio as polêmicas e a intensa produção discursiva que circundaram e concentraram a memória da *Folha* neste período. Esta produção, ao exaltar o jornal e os seus reformadores como os artífices da “grande transformação” operada no jornalismo brasileiro, também contribuiu para, de um lado, satanizar o populismo do Estado, e, de outro, secundarizar a contribuição dos jornalistas de gerações passadas na modernização do jornalismo. De certa forma, a intensa discursividade em torno do projeto possibilitou a nacionalização dessa experiência paulista e reduziu a discussão no campo a uma única variável: jornalismo de mercado, contra ou a favor.

Esse processo de reconfiguração da memória da *Folha* está vinculado a um projeto institucional conduzido pelo olhar dos próprios reformadores sobre o processo de modernização do jornal. Com efeito, uma parte substancial da literatura existente são de textos escritos por ex-membros da equipe de gestão Folha, entre eles Costa, (1991); Frias Filho, (2003); Lins da Silva, (1988, 1991, 2005), impressos pela editora da Folha (Mattos, 2008) e que contou com a contratação de historiadores profissionais (Mota e Capelato, 1981) pelo jornal. A isso pode ser acrescido as quatro versões do manual de redação<sup>10</sup>. Portanto, não se trata de uma “visão acadêmica”, mas da lógica institucional fornecida pela empresa sobre sua própria história.

A intensa cobertura da campanha das Diretas-Já em 1983-4 contribuiu

---

<sup>10</sup> Manual Geral da Redação de 1984 e 1987 e Novo Manual da Redação, 1992, todos editados pela *Folha de S. Paulo* e o Manual da Redação de 2001, editado pela Publifolha.

nesse processo de reconfiguração da memória do jornal, pois foi uma forma de selar o compromisso da *Folha* com a democracia, entendida aqui como o regime político cujas decisões importantes cabem à maioria. Isto a distinguiu de outros meios de comunicação cuja vinculação com o passado autoritário afetou negativamente a memória institucional. A *Folha de S. Paulo*, ao contrário, passou a desfrutar de um notável prestígio político na nova democracia (Rodrigues, 2003). Isto ao nosso ver restituiu a autoridade do jornal para tratar de temas controversos do passado autoritário de forma desembaraçada e concorrencial com outras instituições políticas. Deste modo, a *Folha* se incorporou ao coro de vozes responsáveis por manter viva e atualizada a memória de Herzog buscando incorporar “novos” elementos a esse contínuo processo que denominamos de “acontecência”.

### **Herzog re(a)presentado: da enunciação à “acontecência” pelo presente da memória**

Voltemos agora para um passado futuro ao acontecimento. Estamos no ano de 2012 e Herzog ressurgiu pela imagem de outro personagem. Em matéria exclusiva publicada no caderno *Ilustríssima* de 5 de fevereiro, a *Folha de S. Paulo* traz a público os bastidores daquele que seria – em uma alusão à Bresson – o “instante decisivo” captado por Silvaldo Leung Vieira, o fotógrafo autor da imagem símbolo da repressão promovida pela ditadura, segundo o jornal <sup>11</sup>.

O texto afirmava que a *Folha* “localizou” o fotógrafo que, pela primeira vez, falaria à imprensa. Pela narrativa, ficamos sabendo que ele vive em Los Angeles desde 1979, quando saiu de férias, do Instituto de Criminalística de São

---

<sup>11</sup> O INSTANTE DECISIVO. *Folha de S. Paulo*. *Ilustríssima*, ano 91, nº 30.258, p.6-7, 5 de fevereiro de 2012.

Paulo, onde trabalhava, para nunca mais voltar. Sentiu-se ameaçado pelo regime e, desta forma, não vira naquele momento outra alternativa a não ser deixar o país. “Ainda carrego um triste sentimento de ter sido usado para montar essas mentiras. [...] Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação”<sup>12</sup>, relatava o fotógrafo. Por sua atitude questionadora, teria recebido ordens de “ficar calado e não comentar nada” e, após deixar o país, trabalhara realizando bicos, de jogador de xadrez a aprendiz de ourives. Sua situação de imigrante ilegal lhe trouxe também problemas. Convidado a trabalhar no setor cultural do Consulado em Los Angeles durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), fora impedido de assumir o posto devido à infração administrativa cometida ao ter deixado o país. Ao final, Silvaldo declara que sempre fora difícil entender todo esse processo. “Infelizmente eu estava no meio do caldeirão [...] O único conforto é pensar que a foto que fiz do Herzog ajudou a desmontar toda a farsa”.<sup>13</sup>

O jornal portanto cria a expectativa para que eu, enquanto leitor, percorra as linhas para saber quem é este fotógrafo, onde ele foi localizado e o que têm a dizer sobre o acontecimento. Era como se o próprio jornal, ao revelar a testemunha como verdade, teria também o intuito de “desmontar” a farsa criada pelo regime. Mas, enquanto pesquisador que procura problematizar as brechas da memória e seus usos e articulações construídas narrativamente, não necessariamente nos interessa saber como o jornal localizou o fotógrafo e o que ele tem a dizer, mas como isso nos é apresentado. E, mais importante, por que o localizou, por que agora, quase 40 anos após o acontecimento?

Partimos, ainda que hipoteticamente, de alguns pressupostos. Em primeiro lugar, é preciso pontuar que há em jogo na re(a)presentação deste

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

acontecimento políticas de memória específicas que procuram rearticular uma ideia de história construída pelo jornal que perpassa a própria construção de sua identidade frente àqueles idos. Esta rearticulação está ancorada e é “apropriada” a partir de um presente bem específico. Lembremos que a matéria surge em um momento que antecede a criação da Comissão Nacional da Verdade, promulgada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e que iniciaria efetivamente seus trabalhos em 16 de maio de 2012, alguns meses após a publicação do texto.

Os trabalhos da Comissão impulsionaram o debate público sobre aquilo que ainda “resta” da ditadura em nosso país e, acredita-se aqui, houve uma preocupação clara, não apenas deste jornal, mas de alguns setores de nossa grande imprensa escrita, para definitivamente se desvincilhar de um passado que os acusasse de cúmplices do regime ditatorial. Vide, por exemplo, o recente pedido de *mea-culpa* do jornal *O Globo* e os embates que repercutem até hoje protagonizados pela *Folha* sobre o caso da “ditabranda” (Dias, 2014). Acredita-se, portanto, que estes jornais vêm trabalhando sob certo “horizonte de expectativa” para articular seu presente visando objetivos estritamente particulares. Não à toa, esses jornais assumiram-se como grandes protagonistas durante a divulgação dos trabalhos desta Comissão tendo, inclusive, seu protagonismo reconhecido por agentes autorizados. (Dias, 2015).

Para além dos limites de se perguntar que “verdade” sobre o passado estes jornais estão querendo construir com a reafirmação destes acontecimentos, o que vale é pensar como, em um presente a ser futuro, eles acabam por apropriar-se de um passado como forma de legitimar suas narrativas. De acordo com Marialva Barbosa (2014) as narrativas criadas pelos jornais e jornalistas sobre aqueles idos foram importantes para legitimar um discurso de como a instituição jornalística seria capaz de “revelar” possíveis

mundos que só passam a ser descobertos a partir de seu processo de interferência. Para isso, em um processo de apagamento de seus rastros do passado, coube aos jornais assumir um discurso de que naquele momento apenas “narravam” com pretensa neutralidade os acontecimentos, devido à censura que lhes era imposta. Há, portanto, a partir de um trabalho seletivo da memória a tentativa de se criar uma imagem homogênea para significar no hoje o jornalismo como uma instituição que resistiu e sempre lutou pelos valores da democracia e a liberdade de expressão.

Criam-se assim emblemas, marcos memoráveis que nos fazem pensar qual efetivamente é o valor que estes veículos atribuem ao (seu) passado e, como afirma ainda Barbosa (2016), acabam por construir no presente uma narrativa com valor de futuro. É preciso deixar claro portanto a premissa de que as narrativas construídas pelos meios de comunicação já possuem um “desejo de futuro”, sendo construídas muitas vezes já pensando em sua reapropriação no tempo. São produções que, mais do que um mero repositório ou lugar de memória, tem buscado cada vez mais se inserir como lugar “na história”.

Quando o jornal localiza e revela a seu público quem de fato fora o responsável por criar a imagem símbolo da repressão na ditadura ele está querendo não apenas re(a)presentar o acontecimento mas fixar um tempo presente a ser futuro pela própria apropriação do passado. O fotógrafo agora se torna presente, real e fidedigno pela própria construção discursiva do acontecimento. Essa ideia de revelar algo até então desconhecido do público remete à noção dialógica da narrativa que aqui nos propomos investigar. Os enunciados se constroem na negociação com o outro e é para ele e visando a objetivos específicos que narrativas são construídas e postas ao mundo.

É também nesta conjuntura que a *Folha* criou o projeto “Folha

Transparência”<sup>14</sup> que tem como intuito “divulgar informações e documentos de interesse da sociedade” pautado na premissa de um jornalismo investigativo que “revela” a seu público novas evidências, refletindo assim nos trabalhos de reportagem do jornal. Para além de se pensar, portanto, naquilo que o acontecimento nos diz, vale problematizar também como e por que ele é revelado e posto a público. O projeto do jornal surgia no contexto de outra iniciativa importante do governo - a criação da Lei de Acesso à Informação <sup>15</sup>, que regulamentou o acesso às informações públicas no país. De acordo com a lei, qualquer pessoa, física ou jurídica terá agora o direito de receber informações públicas de seus órgãos, sem a necessidade de apresentar motivos prévios.

No dia 16 de maio de 2012, data em que entrou em vigor a Lei e iniciaram-se os trabalhos da Comissão da Verdade, o jornal publicou editorial saudando as iniciativas de transparência do Estado, apesar de que com um tom mais crítico aos trabalhos da Comissão. Na mesma edição, lançava “10 perguntas para a Comissão da Verdade”, já que seu papel seria o de “desvendar segredos” ocorridos durante o regime militar. Dentre as perguntas, a segunda indagava: “Como morreu Vladimir Herzog?”. De acordo com o jornal, a foto do corpo do jornalista foi responsável por identificar a fragilidade da versão oficial do suicídio, apesar de sua morte ainda não ter sido esclarecida.<sup>16</sup>

Fica evidente que o jornal pretende se posicionar politicamente frente aos acontecimentos pela forma como estes são reenquadrados na dialética sempre conturbada e conflituosa da memória e do esquecimento. No caso de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://transparencia.folha.com.br/> Acesso em: 5 de julho de 2016.

<sup>15</sup> A Lei nº 12.527/2011 pode ser acessada no seguinte endereço: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

<sup>16</sup> 10 PERGUNTAS para a Comissão da Verdade. Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.359, p. A12, 16 de maio de 2012.



Herzog em especial, a *Folha* poderia assumir-se como um dos órgãos que não apenas revelaram, mas auxiliaram a esclarecer alguns aspectos até então não conhecidos sobre as circunstâncias de sua morte. Interessante perceber, por exemplo, como a matéria publicada sobre o fotógrafo repercutiu no e para o próprio jornal.

No dia seguinte a *Folha* estamparia a seguinte matéria na página 9 de seu primeiro caderno: “Caso Herzog deve ser investigado, diz ministro da Justiça”<sup>17</sup>. De acordo com o jornal, o depoimento de Silvaldo, ao confirmar que teria sido “usado” pela ditadura para forjar a morte do jornalista, reforçaria a contestação da versão oficial feita por historiadores, parentes e testemunhas. A matéria ouviu o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que afirmou que será “absolutamente natural” que fatos como esse sejam investigados pela Comissão da Verdade, pois “a reportagem revela que há muitas coisas ainda a serem descobertas”. Já para Ivo Herzog, filho de Vladimir, a história do fotógrafo deveria ser melhor investigada pois era um fato “que ninguém nunca tinha parado para pensar e investigar. Algumas pessoas ainda sustentavam a versão do suicídio. Essa versão não tem pé nem cabeça, mas acho que a reportagem ajuda a enterrar ainda mais.”<sup>18</sup>

Ao longo da semana a seção de cartas do jornal esteve também repleta de elogios dos leitores à matéria publicada. Sua seleção, obviamente, não foi pensada à toa pela empresa, uma vez que, além de se portar como a grande protagonista do acontecimento, a empresa necessitava, obviamente, do respaldo de seu leitorado. Vale citar trechos de duas cartas para situar o teor do diálogo que seus leitores mantinham com a postura construída pelo jornal sobre o acontecimento.

---

<sup>17</sup> CASO HERZOG deve ser investigado, diz ministro da Justiça. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 30.259, p. A9, 6 de fevereiro de 2012.

<sup>18</sup> Idem.

A boa história sobre o fotógrafo que fez a imagem do “suicídio” do jornalista Vladimir Herzog mostrou, mais uma vez, que o fato histórico e a verdade histórica só sairão do papel, dos fóruns, dos corredores acadêmicos e das negociações políticas com iniciativas ousadas e “abusadas” como essa. [...] Sempre acreditei que o caminho para “desvendar mistérios” que cercam o período da ditadura militar só teria algum efeito por meio do jornalismo independente, sério, responsável e investigativo. (Jurcy Querido Moreira, Guaratinguetá, SP)<sup>19</sup>

O Instituto Vladimir Herzog parabeniza a Folha pela reportagem “O instante decisivo” [...] A publicação dessa reportagem é muito oportuna, pois foi realizada logo após a sanção, pela Presidência da República, da Lei de Acesso a Informações Públicas e porque dá renovada urgência à necessidade de implantação e ativação da Comissão da Verdade. Tudo isso e mais, acreditamos, deve ser investigado, de forma sábia, objetiva e desapassionada - mas esclarecedora - pela comissão. (Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog, São Paulo, SP)<sup>20</sup>

Pela forma como os textos nos são colocados fica fácil perceber que o jornal assume-se, com o próprio respaldo daqueles que o leram, como aquela instituição que deve “desvendar os mistérios” do passado ou, ao menos, revelá-los ao público. E este trabalho surge em momento oportuno. O Brasil, dias após, fora denunciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) por não ter apurado efetivamente as circunstâncias da morte do jornalista. Ao relatar este acontecimento a *Folha* publicou, no dia 29 de março de 2012 que o caso Herzog teria “voltado a ser discutido” no início de fevereiro daquele ano, após o jornal “revelar em reportagem” a identidade de Silvaldo Leung. Após a revelação, continuava o jornal, autoridades do governo ligadas ao tema defenderam que o caso deveria ser novamente investigado.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> PAINEL DO LEITOR, Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.261, p. A3, 8 de fevereiro de 2012.

<sup>20</sup> PAINEL DO LEITOR, Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.262, p. A3, 9 de fevereiro de 2012.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/03/1069003-brasil-e-denunciado-na-oea-por-caso-vladimir-herzog.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/03/1069003-brasil-e-denunciado-na-oea-por-caso-vladimir-herzog.shtml#_=_) Acesso em: 6 de fevereiro de 2015.

Portanto, a emergência deste passado que nos é “arrancado” da história possui sim uma ancoragem clara no presente do acontecimento, que se dilata sob outras conjunturas. Como pontua Rancière (2012) a testemunha age como a voz de um corpo “que transforma um acontecimento sensível em outro”, mas a palavra do testemunho, como uma imagem que dilata o acontecimento, fala pela voz de um outro que, neste caso, é o jornal que lhe “arranca” sua visibilidade para colocá-la ao mundo. É por isso que desta forma não nos interessa tanto o conteúdo de seu testemunho, mas como ele é usado e, mais uma vez, re(a)presentado pelo jornal neste processo dialógico de produção de sentido. Pensando nesta apropriação seletiva do passado, os meios de comunicação, ainda segundo Rancière (2012), tomam bastante cuidado ao selecionar e ordenar a apresentação destes testemunhos. Seu regime de visibilidade não se dá pelo excesso de imagens. Pelo contrário, é pela seleção das vozes a ganhar autoridade que os jornais nos ensinam que não é qualquer um capaz de fazer ver e falar. Há, portanto, condições ideológicas que sustentam a organização destas vozes e sua aparição no presente do acontecimento.

Além disso, há a questão “valorativa” da emergência destes relatos. Beatriz Sarlo (2007) acredita que modalidades não acadêmicas de escrita da história atendem diretamente às crenças de seu público e é visando a eles que os meios as produzem e se orientam. Isso não significa dizer que estas narrativas soem necessariamente falsas, mas ligadas a um imaginário social contemporâneo, cujas pressões seus produtores acabam recebendo mais como vantagem do que limite. A premissa de se apresentar estas “imagens” do passado como narrativas de “verdade” se sustentam pois, de acordo com Sarlo, elas sentem-se confortáveis no presente, já que é na e pela atualidade que se possibilita sua emergência e difusão. Desta forma o testemunho posse se permitir, inclusive, ao

anacronismo, “já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou se pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa.” (Sarlo, 2007, p. 58-59)

Ao revelar e colocar ao mundo uma nova versão sobre o acontecimento o jornal acaba por deflagrar no presente outras expectativas de um passado que é “arrancado” da história. Espera-se, pois, muito de um testemunho que surge como uma nova “versão” sobre os fatos, mas uma versão que, por mais que incompleta e conflituosa, se pretende como verdade. Assim, a *Folha* acaba criando um novo acontecimento que não é mais Herzog ou sua foto, mas o próprio fotógrafo, criador daquilo que fez criar o acontecimento. E dele surgem novos acontecimentos que vão dilatando-se numa tentativa de esgotamento do primeiro, como se a história girasse sob um eterno círculo incompleto com a pretensão de se fechar. A narrativa jornalística se dá portanto por este constante processo de elaboração, que demanda sempre novas narrativas, como uma catapulta que impulsiona a propagação do acontecimento. Se ela não revela efetivamente uma verdade, ao menos a faz revelando os jogos de articulação destes “fragmentos”, instâncias possíveis de verdades a serem postas no mundo.

Praticamente um ano após a matéria publicada pela *Folha*, a família de Herzog enfim recebeu um novo atestado de óbito passando a constar agora no documento, como causa da morte, “lesões e maus tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do 2º Exército (DOI-Codi)”. O fato fora significativo e decorreu de um dos principais avanços até aquele momento dos trabalhos impulsionados pela Comissão da Verdade. Ao noticiar o caso, o jornal novamente aproveitou para afirmar que, no ano anterior, teria “revelado em reportagem a identidade de Silvaldo Leung”, fotógrafo que fora usado pelo

regime para registrar a morte do jornalista.<sup>22</sup>

O “caso Silvaldo” surge novamente à tona quando a testemunha foi chamada para prestar depoimentos para Comissão da Verdade de São Paulo e realizar visita às antigas instalações do Doi-Codi, na tentativa de reconstruir a cena do crime e avançar nas investigações sobre as circunstâncias da morte do jornalista. Voltando ao local 38 anos após a realização das fotos, Silvaldo afirmou durante a visita que não conseguiu reconhecer as instalações, que sofrera inúmeras mudanças desde então e hoje é ocupado pelo 36º Distrito Policial de São Paulo. “Estou tentando reconhecer, mas está meio difícil, o lugar foi muito mudado”, afirmou durante entrevista.<sup>23</sup> Na matéria, Silvaldo aparece fotografado dentro da delegacia, olhando para o horizonte, em uma janela com grades, como se encarasse aquele passado que não consegue mais estar presente a não ser pela voz do outro que lhe tenta arrancar a verdade. Assim, pela narrativa, confluem-se os tempos, os atores, os relatos.

Importante perceber ainda como o estatuto de “verdade” da testemunha carrega sempre expectativas por parte de quem espera algo daquele que rememora. Ao afirmar que não conseguira reconhecer o local onde registrou seu “instante decisivo”, o fotógrafo passa logo de vítima a algoz. O filho de Herzog, Ivo, que antes teria se pronunciado sobre a importância do relato de Silvaldo para o esclarecimento do caso, afirmava agora à imprensa que este não era nada mais do que “cúmplice” da ditadura, pois “escolheu fazer o que ele fazia e permaneceu calado por muitos e muitos anos” afirmou, após Silvaldo ter dado seu depoimento à Comissão da Verdade de São Paulo.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1246463-familia-recebe-novo-atestado-de-obito-de-herzog.shtml> Acesso em: 6 de fevereiro de 2015.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1285656-fotografo-do-morte-de-herzog-visita-antigo-predio-do-doi-codi.shtml> Acesso em: 6 de fevereiro de 2015.

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1286201-filho-de-herzog->

Todo esse emaranhado de vozes nos abre outras possibilidades para poder enxergar o acontecimento. Nos limites do re(a)presentável, Herzog é ressignificado. E a partir dos “instantes decisivos” criados pelo jornal instaura-se um turbilhão de novos acontecimentos, onde o próprio fotógrafo se ressignifica, ao se tornar personagem de um jogo de enunciação criado pela narrativa. Diz tudo, diz nada. A verdade, a mentira. Espera-se sempre muito de uma testemunha, da imagem que ela diz representar, por mais incompleta, frágil e fragmentária que ela possa ser. Isso me faz lembrar de Molly, o “narrador narrado” de Samuel Beckett (2014) em suas andanças incertas por um mundo que ele cria e vive da forma que o imagina: “E que eu diga isso ou aquilo ou outra coisa, na verdade pouco importa. Você não inventa nada, acredita inventar, escapar, não faz mais que balbuciar sua lição, restos de um castigo, tarefa decorada e esquecida, a vida sem lágrimas, tal como você a chora.” E, como um “narrador que narra” e instaura acontecimentos no mundo, por tortuosos e sutis caminhos da lembrança e do esquecimento, o jornal vai legitimado seu protagonismo como revelador daquele instante, fragmento instável de uma possível verdade que se cristaliza como monumento, documento de um presente que já é passado, mas também futuro.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e lembranças de fatias do Passado. **Estudos em Jornalismo e mídia**. vol 11, nº 1. jan-jun, 2014.

---

[acusa-fotografo-de-ser-cumplce-da-ditadura.shtml](#) Acesso em: 6 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Barbosa, Marialva. 'Meios de comunicação: lugar de memória ou na história?' **Contracampo** 35(1), p. 07-26, 2016.

BECKETT, Samuel. **Molloy**. 2ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. (obras escolhidas v.1) São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERGER, Christa. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. SBPJOR. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W. "Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa, Vega, 1993.

CAMPBELL, Richard. **60 Minutes and The News: a Mythology for Middle America**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CAREY, James W. The Dark Continent of American Journalism. In: MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. **Reading the news**. New York: Pantheon Books, 1986.

COOK, Timothy E. **Government with the News: The News Media as a Political Institution**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Costa, Carlos Tulio. **O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman brasileiro**. São Paulo: Siciliano, 1991.

DIAS, André Bonsanto. A "revolução" não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. **Revista Brasileira de História da Mídia**. vol.3, n.2, jul/dez, 2014.

\_\_\_\_\_. Uma outra Comissão da Verdade? O papel da imprensa na construção da verdade sobre o passado ditatorial no Brasil. **Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia – ALCAR**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.L

ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore. **Custodians of conscience**:

**investigative journalism and public virtue.** New York: Columbia University Press, 1998.

FINLEY, M. I. **Uso e abuso da História.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FISH, Stanley. **Is there a Text in This Class?** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1980.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing the News.** Austin: University of Texas Press, 1980.

Frias Filho, Octavio.. Entrevista. In Alzira Alves de Abreu et al (org.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2009.

GANS, Herbert. **Deciding What's the News: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time.** New York: Pantheon Books, 1979.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left.** Berkeley: University of California Press, 1980.

HALLIN, Daniel e MANCINI, Paolo. 'Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian Television News'. **Theory and Society**, 13, pp. 829-850, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

MATTOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática.** São Paulo: Publifolha, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981).** São Paulo: Impress, 1981.



PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Tomo I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo: Trajetória Editorial Silva, Carlos Eduardo Lins, 1988.

\_\_\_\_\_. **O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mil Dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo, PubliFolha, 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, vol.22, n.44, pp. 425-438, São Paulo, 2002.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a Social History of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

\_\_\_\_\_. **"The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in**

**Print and Television".** *Daedalus* 111 (4), 1982, pp. 97-112.

\_\_\_\_\_. 'Dynamics of Distortion in Collective Memory'. In: L.D. Schechter (ed.) **Memory Distortion**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Les Categories du Récit Littéraire**. Communications, Paris, 1966.

SOLOSKI, John. "O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. A Objetividade Como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objetividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.